



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

06 de junho 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 06/06/2013
Assunto: Educação para o trabalho		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

"Os países precisam de sistemas integradores responsáveis por uma visão abrangente da Educação com vistas ao trabalho", afirma Mozart Neves Ramos

Na última semana, a McKinsey&Company divulgou novo estudo, intitulado Educação para o trabalho: desenhando um sistema que funcione, em evento promovido em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o movimento Todos Pela Educação. Os resultados impressionam e revelam o drama do desemprego juvenil e da falta de competências necessárias para que a juventude possa ocupar posições no mundo do trabalho.

De acordo com o estudo, na Grécia, Espanha e África do Sul, mais da metade dos jovens estão desempregados. A desocupação média entre os jovens, na Europa, no Oriente Médio e no norte da África, beira a casa dos 25%. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em todo o mundo, 75 milhões de jovens estejam desempregados. O número praticamente triplica quando se incluem os subempregados.

Segundo o relatório, o contingente não representa apenas gigantesco pool de talentos não aproveitados — é também fonte de inquietação social e desespero individual. Paradoxalmente, há profunda escassez de jovens com habilidades necessárias para ocupar as novas demandas do atual mundo do trabalho. A McKinsey&Company estima que em 2020 haverá déficit mundial de 85 milhões de trabalhadores de alta e média qualificação.

A solução para a crise passa não só pela criação de empregos, mas também pelo desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. As empresas precisam trabalhar em conjunto com as instituições de Ensino, de forma que os Alunos possam adquirir as competências demandadas. Mas ainda existe pouca clareza sobre que práticas e intervenções funcionam para que a formação dos jovens inclua esses atributos. Daí a pergunta-chave: como um país pode ser bem-sucedido ao conduzir com êxito os jovens da Educação para o trabalho? E foi a isso que o relatório da McKinsey procurou responder estudando o tema em nove países: Brasil, Alemanha, Índia, México, Marrocos, Arábia Saudita, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

Notadamente, como ponto de partida, era preciso reconhecer a dupla face da crise: a escassez de postos de trabalho e a falta de competências na formação juvenil. Outro fato que chamou a atenção dos pesquisadores foi a ausência de dados concretos que permitissem, por exemplo, compreender quais as competências exigidas para o emprego, ou quais as práticas mais promissoras para melhor qualificar os jovens. Apesar da complexidade do tema, a pesquisa chegou a pontos comuns entre os países pesquisados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pelos resultados, ficou evidente que empresários, Professores e Alunos vivem universos paralelos e têm entendimentos absolutamente diferentes de uma mesma situação. Por exemplo: 72% das instituições formadoras acreditam que os formandos recém-contratados estão adequadamente preparados para exercer as atividades. Do ponto de vista dos empregadores, o percentual cai para 42%.

A mesma pesquisa mostra que 39% dos empregadores dizem que a escassez de competências é a principal razão de as vagas para iniciantes não serem preenchidas. No Brasil, o percentual sobre para 48%. Ainda de acordo com a pesquisa, um quarto dos jovens não passa por uma transição fácil para o trabalho. Seus primeiros empregos não estão relacionados à área de estudos, o que os faz querer mudar rapidamente de posição. Nos mercados emergentes, o percentual cresce para quase 40%. Entre os jovens pesquisados, 43% responderam que o fator financeiro é o grande entrave para cursar uma faculdade — fato que demonstra o acerto de nosso país em adotar programas como o ProUni e Fies, que financiam vagas para estudantes em universidades particulares.

Criar um sistema de Educação para o trabalho requer novos incentivos e estruturas, conclui o relatório da Mckinsey. Os países precisam de sistemas integradores responsáveis por uma visão abrangente da Educação com vistas ao trabalho, envolvendo as instituições formadoras e os empregadores para desenvolver soluções relativas às competências, levantando dados e disseminando exemplos positivos. A criação de câmaras interinstitucionais setoriais por áreas tecnológicas, por exemplo, poderia ser uma saída. O certo é que o relatório deixa recado importante para as instituições formadoras, os governos e as empresas: sem integração e diálogo, não será possível vencer a crise da empregabilidade juvenil, que terá enorme impacto no futuro sustentável das nações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 06/06/2013
Assunto: Estudante consegue direito a ter redação do Enem recorrigida		Página: Online



Estudante consegue direito a ter redação do enem recorrigida

Candidata do Rio de Janeiro ganhou liminar na Justiça Federal determinando que o Inep lhe conceda a vista da prova e a possibilidade de recurso administrativo

Uma estudante do Rio de Janeiro conseguiu, nesta terça-feira (04), uma liminar para que a nota de sua redação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) seja revista. Na sentença, o juiz Marcos Falcão Critsinelis, do 3º Juizado Especial Federal, determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lhe conceda o direito de vista da prova e a possibilidade de recurso.

No mandado de segurança, foi pedido que os efeitos da revisão sejam válidos para as inscrições do segundo semestre do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que começam na próxima segunda-feira (10) e vão até o dia 14 de junho.

Pela decisão, o Inep deve conceder o espelho da prova à estudante, em até 48 horas após a notificação da sentença, para que ela possa elaborar um recurso administrativo. A partir do momento em que receber a redação, a candidata terá 24 horas para entrar com o pedido de revisão da nota. Caso o Inep descumpra a sentença, será aplicada uma multa diária de R\$ 1 mil, que pode chegar a até R\$ 10 mil acumulados. A partir daí, esse valor terá de ser revisto.

A demanda pelo recurso é antiga. Segundo os editais dos últimos anos do Enem, não há a margem para o candidato contestar a sua nota. Em agosto de 2011, o Inep e o Ministério Público Federal assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual o MEC se comprometia a conceder aos candidatos uma "vista pedagógica". Por esse instrumento, o estudante tem acesso ao espelho da redação corrigida, mas não há uma opção de pedir a revisão da correção.

De acordo com o advogado da estudante, Diogo Rezende de Almeida, o princípio constitucional do devido processo legal sustentou a defesa do mandado de segurança.

- Todos têm direito à defesa. A partir do momento em que não há chance de recursos, retira-se esse direito que está na Constituição. Todo concurso tem que oferecer a opção de recurso
- explicou o advogado.

Em nota, o Inep afirmou que ainda não foi notificado da sentença do 3º Juizado Especial Federal. No entanto, o órgão já antecipou que irá recorrer da decisão. No comunicado, diz ainda que o "TAC estabeleceu que, a partir do Enem 2012, seria viabilizado o direito de vistas de provas a todos os participantes, com recursos de ofícios, como caráter meramente pedagógico, após a divulgação dos resultados". E conclui afirmando que "seguirá buscando garantir a isonomia a todos os candidatos".

A estudante pediu para não ter o nome divulgado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 06/06/2013
Assunto: Situação das escolas será debatida hoje		Página: 14

A NOTÍCIA

Educação

Situação das escolas será debatida hoje

A construção de novas escolas do ensino médio e a reenturmação dos alunos nas salas de aula serão temas de uma audiência que ocorre hoje, às 19h30, no plenário da Câmara de Vereadores de Joinville.

A reunião conjunta entre as comissões de Educação da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa de SC deve reunir especialistas e técnicos ligados à rede estadual de ensino da região Norte para apontar os problemas e alternativas. A reunião é aberta para a comunidade.

Segundo o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Claudio Aragão, a audiência buscará as soluções para os problemas enfrentados por alunos.